



**11. Captações no mercado aberto**

	2017	2016		
Cartera Própria	Total	Cartera Própria	Total	
Debêntures...	70.649	70.649	72.279	72.279
Total da carteira	70.649	70.649	72.279	72.279

**12. Recursos de aceite e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses**

As obrigações por empréstimos, em 31 de dezembro de 2017, correspondem à captação de recursos com entidades do grupo no exterior no valor de R\$302.445 (R\$195.564 em 2016), com vencimentos até dezembro de 2018, apresentando taxas de 0,01% a 1,90% a.a. em dólar (2016 - vencimentos até junho de 2017 e taxas de 0,01% a 1,40% a.a. em dólar). As obrigações por repasses do exterior correspondem à captação de recursos com entidades do grupo no valor de R\$619.089 (R\$19.599 em 2016), com vencimentos até abril de 2019, apresentando taxas de 1,13% a 2,10% a.a. em dólar (2016 - vencimentos até abril de 2019 e taxas de 1,13% a 1,64% a.a. em dólar).

**13. Outras obrigações diversas e fiscais e previdenciárias (circulante e longo prazo)**

a) Circulante - fiscais, previdenciárias e diversas: Compostas, substancialmente, por provisões para imposto de renda e contribuições a recolher de R\$ 5.540 (R\$4.409 em 2016), provisões para imposto de renda e contribuição social diferidas de R\$15.381 (R\$10.652 em 2016), provisões administrativas de R\$ 23.539 (R\$15.794 em 2016) e credores diversos de R\$ 41 (R\$50 em 2016). b) Longo prazo - fiscais e previdenciárias: Compostas por provisões para imposto de renda e contribuição social diferidas de R\$ 13.408 (R\$11.757 em 2016). c) Longo prazo - diversas: Representam o valor provável das obrigações oriundas de contingências decorrentes de processos trabalhistas no montante de R\$8.921 (R\$9.933 em 2016) e contingências decorrentes de processos de expurgos inflacionários no montante de R\$4.455 (R\$4.121 em 2016). Existem depósitos judiciais de R\$419 (R\$332 em 2016) para as causas trabalhistas. Em conformidade com a Carta Circular 3.782, de janeiro/2017, as parcelas de impostos e contribuições cuja exigibilidade está suspensa, resultante de processos judiciais ingressados pela Instituição, foi reclassificada da conta outras obrigações - fiscais e previdenciárias, para a conta de outras obrigações - diversas. As provisões estão constituídas pela parcela integral que poderá ser exigida pelo órgão arrecadador, acrescida dos encargos moratórios legais, sendo compostas como segue:

	2017	2016
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) ...	129.003	123.253
Imposto de Renda Pessoal Jurídica (IRPJ) ...	9.143	8.785
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) ...	3.257	3.130
Programa de Integração Social (PIS) ...	6.849	6.470
Imposto Sobre Serviços (ISS) ...	522	488
Outros ...	940	897
Total das provisões ...	149.714	143.023
(-) Depósitos judiciais vinculados ...	(74.357)	(69.899)
Valor líquido ...	75.357	73.124

Os processos estão baseados nas seguintes questões: (1) COFINS - a provisão constituida em decorrência da suspensão do recolhimento em virtude de discussão judicial quanto à base de cálculo dessa contribuição. Em 31 de dezembro de 2017 existem depósitos judiciais no montante de R\$36.630 (R\$34.404 em 2016). (2) IRPJ - a provisão em questão refere-se a processo administrativo que discute a dedução de perdas de operações de créditos da base de cálculo do IRPJ. Em 31 de dezembro de 2017 existem depósitos judiciais no montante de R\$28.135 (R\$26.354 em 2016). Em 31 de dezembro de 2017, o Banco possuía ações judiciais que discutiam a dedutibilidade da despesa da CSLL dos anos de 1997, 1999 e 2000, da base de cálculo do Imposto de Renda. (3) CSLL - a provisão em questão refere-se a processo administrativo que discute a dedução de perdas de operações de créditos da base de cálculo da CSLL. Em 31 de dezembro de 2017 existem depósitos judiciais no montante de R\$6.983 (R\$6.669 em 2016). (4) ISS - essas ações discutem a legalidade da cobrança desse imposto sobre determinadas receitas. Em 31 de dezembro de 2017 existem depósitos judiciais no montante de R\$522 (R\$488 em 2016). (5) PIS - a provisão constituida em decorrência da suspensão do recolhimento dessa contribuição em virtude de discussão judicial quanto à sua base de cálculo e discussão na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2017 existem depósitos judiciais no montante de R\$2.087 (R\$1.984 em 2016). d) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis: Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos não requerem provisão. Em 31 de dezembro de 2017, esses processos referem-se à gestão de fundos de investimento no valor de R\$24.125 (R\$20.438 em 2016) e processos trabalhistas com responsabilidade subsidiária no valor de R\$158.

**e) Movimentação das contingências:**

Saldo inicial	Consti-	Paga-	Saldo final
31/12/2016	tuição	Reversão	mentos
		31/12/2017	
Provisão para riscos fiscais ...	143.023	6.691	149.714
Imposto de Renda Pessoal Jurídica (IRPJ) ...	8.785	358	9.143
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) ...	3.130	127	3.257
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) ...	123.253	5.750	129.003
Programa de Integração Social (PIS) ...	6.470	379	6.849
Outros ...	897	43	940
Imposto Sobre Serviços (ISS) ...	498	34	522
Provisão para passivos contingentes ...	14.114	1.827	13.377
Processos trabalhistas ...	9.993	1.493	8.922
Exuprjos inflacionários ...	4.121	334	4.455

**14. Patrimônio líquido**

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2017, o capital social é de R\$558.420 (R\$539.893 em 2016), dividido em 2.125.297 (2.125.297 em 2016) ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Através do ofício nº 964 de 18 de janeiro de 2018, o Banco Central divulgou a aprovação do aumento de capital do Banco no valor de R\$ 18.527 (R\$ 15.313 em 2016), realizado no dia 31 de dezembro de 2017. b) Dividendos e juros sobre capital próprio: Aos acionistas, são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, ajustado na forma do artigo 17 da Lei nº 6.404/76 e atualizações. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2017, o Banco deliberou sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 21.174 (R\$17.500 em 2016), em substituição aos dividendos mínimos obrigatórios, correspondente ao valor líquido de impostos de R\$18.527 (R\$15.313 em 2016). C) o registro dos juros sobre o capital próprio, o Banco obteve benefício fiscal no montante de R\$ 6.882 (R\$ 6.688 em 2016). c) Ajustes de avaliação patrimonial: Na exercição fino em 31 de dezembro de 2017, o valor relativo a ajustar a mercadoria de títulos disponíveis para venda e títulos registrados em controlada, conforme a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil é de R\$545 (R\$949 em 2016). Até a Resolução nº 4.524 de 29 de setembro de 2016 e da Carta Circular nº 3.792 de 15 de dezembro de 2016, do Banco Central do Brasil, mudou-se, a partir de 1º de janeiro de 2017, os procedimentos contábeis relativos ao reconhecimento dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão das transações em moeda estrangeira e de demonstrações financeiras de investidas no exterior e a contabilização do hedge de investimento no exterior. Em 31 de dezembro de 2017 montante de variação cambial resultante da conversão do balanço de investidas no exterior foi de R\$ 1.928 e o montante de hedge de investimento no exterior foi de R\$ (2.445). d) Reserva legal: O Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder 20% do capital integralizado. Ademais, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social. e) Reserva especial de lucros: Em 31 de dezembro de 2017 foi constituída uma reserva especial de lucros no valor de R\$ 14.361 que é destinada à manutenção dos limites operacionais. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo acumulado da reserva especial de lucros é de R\$ 38.358.

**15. Imposto de renda e contribuição social**

Em 31 de dezembro de 2017, o Banco possuía o montante de R\$85.398 (R\$93.054 em 2016) registrados em créditos tributários e o montante de R\$28.789 (R\$22.409 em 2016) registrado em obrigações fiscais diferidas. O registro desses créditos está suportado por estudo técnico efetuado ao final do exercício, o qual indicou a capacidade de geração de resultados futuros para sua utilização.

**a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:**

IRPJ e CSLL	2017	2016
57.083	52.361	

Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações ...

Encargo total do imposto de renda e da contribuição social conforme alíquotas apresentadas na Nota 3.k

Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos: ...

Juros sobre o capital próprio ...

Equivalência patrimonial ...

Participação dos empregados no lucro ...

Provisão para perdas em operações de crédito ...

Ajustes de marcação a mercado ...

Outras adições e exclusões - temporárias ...

Imposto de renda retido na fonte não utilizado ...

Outras adições e exclusões ...

Imposto de renda e contribuição social - valores correntes ...

Imposto de renda e contribuição social - valores correntes PL ...

Imposto de renda e contribuição social - valores diferidos ...

Na composição dos valores correntes de imposto de renda e contribuição, há o saldo de R\$ 2.000 em 2017 referente à aplicação desses impostos sobre a variação cambial, líquida de Pís e Cofins, das Repasses do exterior utilizados na estrutura de hedge contábil de investimento no exterior.

Varição cambial repasses do exterior ...

Pis/Confins ...

Liquido de Pís/Cofins ...

Imposto de renda ...

Contribuição social ...

Imposto de renda e contribuição social - valores correntes PL ...

Hedge de investimento no exterior ...

b) Demonstração dos créditos tributários e obrigações diferidas de imposto de renda e contribuição social:

Saldo Inicial	Consti-	Reali-	Saldo Final
tução	zação		
57.083	2.361		

Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações ...

Encargo total do imposto de renda e da contribuição social conforme alíquotas apresentadas na Nota 3.k

Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos: ...

Juros sobre o capital próprio ...

Equivalência patrimonial ...

Participação dos empregados no lucro ...

Provisão para perdas em operações de crédito ...

Ajustes de marcação a mercado ...

Outras adições e exclusões - temporárias ...

Imposto de renda retido na fonte não utilizado ...

Outras adições e exclusões ...

Imposto de renda e contribuição social - valores correntes ...

Imposto de renda e contribuição social - valores correntes PL ...

Imposto de renda e contribuição social - valores diferidos ...

Total das obrigações fiscais diferidas de imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS ...

93.054

10.895

(18.551)

85.398

c) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social: